



5.2. POLÍTICA E MANUAL DE PLD

SUMÁRIO

5. Operacional	4
5.2. Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo - PLD/FT	4
5.2.1. Introdução	4
5.2.1.1. Definição	4
5.2.1.2. Diretrizes	5
5.2.1.3. Estrutura	5
5.2.1.4. Papéis e Responsabilidades	6
a) Conselho de Administração	Erro! Indicador não definido.
b) Diretoria Executiva	6
c) Conselho Fiscal	7
d) Colaboradores	7
e) Parceiros e Prestadores de Serviços	7
f) Auditoria Interna (Terceirizada)	7
5.2.1.5. Capacitação dos Colaboradores e Dirigentes	8
5.2.1.6. Divulgação e Aprovação	8
5.2.1.7. Estrutura de Governança	8
5.2.2. Manual de PLD/FT	8
5.2.2.1. Características que indicam menor exposição ao risco	9
5.2.2.2. Diretrizes	9
5.2.2.3. Avaliação Interna de Risco	10
5.2.2.4. Identificação, Qualificação e Classificação dos Associados	11
5.2.2.5. Relacionamento com o Associado	12
5.2.2.6. Registro das Operações em Espécie	13
5.2.2.7. Monitoramento, Seleção e Análise de Operações Obrigatórias	13
5.2.2.8. Monitoramento, Seleção e Análise de Operações Suspeitas	14
5.2.2.9. Pesquisas da seleção de valores movimentados	14
5.2.2.10. Comunicação de Operações e Situações Suspeitas ao COAF	15
5.2.2.11. Declaração de Não Ocorrência (anual)	15
5.2.2.12. Conhecer Empregados, Parceiros e Prestadores Terceirizados	15

5.2.2.13. Avaliação de Efetividade.....	16
5.2.2.14. Documentação à disposição do Banco Central do Brasil	16
5.2.2.15. Considerações Gerais.....	17
5.2.3. ANEXO I - Declaração de Pessoa Exposta Politicamente.....	18
5.2.4. ANEXO II - Declaração de Procedência de Recursos	19
5.2.5. ANEXO III - Apresentação de operações suspeitas da análise de PLD	20
5.2.6. ANEXO IV - Termo de Compromisso – Prevenção à Lavagem de Dinheiro	21

5. Operacional

5.2. Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo - PLD/FT

5.2.1. Introdução

Essa Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo – PLD/FT - visa destacar de forma abrangente os procedimentos a serem executados na **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril – COOPERBOMBRIL** quando da ocorrência de situações que possam evidenciar lavagem de dinheiro, atendendo à circular do Banco Central do Brasil nº 3.978/20.

Nessa política estão mencionados os procedimentos adotados pela cooperativa, destacando as diretrizes, estrutura, responsabilidades dos órgãos estatutários e colaboradores e respectivas ações para capacitação de todos.

Considerando seu porte e complexidade de suas operações, a **COOPERBOMBRIL** apresenta baixo risco de ocorrências de lavagem de dinheiro. As transações e movimentações são realizadas via conta corrente da **COOPERBOMBRIL**, nunca operando com movimentações em espécie processadas por associados e/ou outros.

É importante destacar também que, a **COOPERBOMBRIL** opera somente com funcionários das empresas conveniadas, devidamente contratados em conformidade com as Leis Trabalhistas, de forma que o risco para lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo é relevantemente minimizado. Tais fatores corroboram o baixo risco de ocorrências de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

No intuito de atender aos normativos emanados pelo Banco Central do Brasil, o Conselho de Administração reforça a necessidade de controlar e identificar previamente situações e indícios que caracterizem a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

A **COOPERBOMBRIL** adotará procedimentos e controles internos visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento do terrorismo.

5.2.1.1. Definição

A expressão “*lavagem de dinheiro*” consiste em realizações de operações comerciais ou financeiras com a finalidade de incorporar recursos, bens e serviços obtidos ilicitamente.

5.2.1.2. Diretrizes

Visando a constituição e implementação de Política embasada em princípios e diretrizes para a prevenção das práticas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo, a cooperativa considera:

- a) a definição de papéis e responsabilidades para o cumprimento das obrigações;
- b) a avaliação interna de risco e a avaliação de efetividade do risco de utilização do crédito consignado, da efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos;
- c) a verificação do cumprimento da política, dos procedimentos e dos controles internos pela **COOPERBOMBRIL**, bem como a identificação e a correção das deficiências verificadas;
- d) a promoção de cultura organizacional de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, contemplando, inclusive, os funcionários, os parceiros e os prestadores de serviços terceirizados;
- e) a capacitação dos órgãos estatutários e colaboradores sobre o tema da prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Para implementação de procedimentos são consideradas as seguintes diretrizes:

- a) de coleta, verificação, validação e atualização de informações cadastrais, visando a conhecer os associados – todos funcionários CLT das empresas conveniadas -, os funcionários, os parceiros e os prestadores de serviços terceirizados;
- b) de registro de operações e de serviços financeiros;
- c) de monitoramento, seleção e análise de operações e situações suspeitas; e
- d) de comunicação de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

5.2.1.3. Estrutura

A estrutura visa estabelecer diretrizes para a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O Conselho de Administração entende que é vital o combate às intenções de lavagem de dinheiro e que a mitigação de riscos existentes é valiosa para a **COOPERBOMBRIL**.

A **COOPERBOMBRIL** opera somente com empréstimos e capital dos associados. Por volta de 95% da movimentação se dá por ocasião de lançamentos via folha de pagamento/recolhimento relativos a tais operações. Podem ocorrer movimentações de depósito e transferências por parte dos associados, sendo analisadas e confrontadas com o cadastro do associado, no entanto, sempre via intermediação bancária e somente por parte de associados que fazem parte do quadro de funcionários das empresas conveniadas. Toda a movimentação de recursos, via

banco, deve obedecer às políticas vigentes para concessão de crédito, depósito de capital e resgate de capital.

A implementação dessa política objetiva evitar que a **COOPERBOMBRIL** seja utilizada para a ocultação da origem de recursos provenientes de atividades criminosas, bem como a responsabilização administrativa e criminal da Diretoria Executiva e/ou de seus associados.

Leva-se em conta que as movimentações que os associados eventualmente possam realizar, ocorrem normalmente na quitação antecipada de empréstimo ou aportes de capital, as quais se dão via créditos em conta corrente da **COOPERBOMBRIL**, atualmente no Banco Itaú. Eventualmente, caso ocorra situações em que os associados realizem depósito em espécie na conta corrente da **COOPERBOMBRIL**, caberá inicialmente ao banco o questionamento e obtenção de declarações específicas referente a PLD/FT.

Internamente a **COOPERBOMBRIL** deverá proceder com a análise das movimentações do mês referentes a lavagem de dinheiro. O responsável pela PLD/FT monitorará as ocorrências buscando identificar e conhecer a origem dos recursos dos depósitos ou transferências e, caso seja necessário, elaborará a declaração de movimentações (valores acima de **R\$ 2.000,00** em espécie). As análises serão apresentadas em Reunião da Diretoria Executiva mensalmente e as providências tomadas serão devidamente registradas em Ata.

A **COOPERBOMBRIL**, além de monitorar depósitos acima de **R\$ 2.000,00** em espécie, levará em conta também a rotina de depósitos, ou seja, a habitualidade, de forma que, sendo constatado depósitos em sequência, por pelo menos seis meses no ano, de forma consecutiva ou não, deverá solicitar a declaração de origem dos recursos ao associado, mesmo para depósitos abaixo de **R\$ 2.000,00**, bem como deverá registrar tais ocorrências em Ata da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal. Havendo suspeita na movimentação, tal fato deverá ser comunicado ao COAF para o devido acompanhamento.

5.2.1.4. Papéis e Responsabilidades

Na construção dessa política, foi considerado que não há trânsito de recursos em espécie nas dependências da **COOPERBOMBRIL**, haja vista que as movimentações ocorrem em conta corrente. A partir dessa definição, destacamos os papéis e responsabilidades:

a) Diretoria Executiva

- i. aderir e cumprir as diretrizes contidas nesse documento;
- ii. promover ações que possibilitem o atendimento do normativo;

-
- iii. possibilitar as condições necessárias para o desempenho das atividades operacionais/administrativas necessárias para PLD/FT;
 - iv. participar da discussão e da revisão das normatizações; e
 - v. participar de treinamentos em entidades que promovam esse curso e se responsabilizar pelo treinamento dos colaboradores – não obrigatório.
 - vi. aderir e cumprir as diretrizes contidas nesse documento;
 - vii. definir os procedimentos e atividades necessárias a serem observados pelos colaboradores para prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo
 - viii. participar da discussão e da revisão das normatizações com comunicação ao Conselho de Administração de qualquer situação de risco ou comprometimento da **COOPERBOMBRIL** com os órgãos supervisores ou fiscalizadores;
 - ix. oferecer cursos e treinamentos para os órgãos estatutários e o corpo técnico, dentro da característica de cooperativas “capital x empréstimos”; e
 - x. participar de treinamentos em entidades que promovam esse curso e se responsabilizar pelo treinamento dos empregados.

b) Conselho Fiscal

- i. aderir e cumprir as diretrizes contidas nesse documento;
- ii. fiscalizar o cumprimento e atendimento às diretrizes; e
- iii. participar de treinamentos.

c) Colaboradores

- i. aderir e cumprir as diretrizes contidas nesse documento;
- ii. comunicar à Diretoria Executiva qualquer identificação de operações suspeitas; e
- iii. participar de treinamentos.

d) Parceiros e Prestadores de Serviços

- i. observar se os produtos e serviços, objeto de contrato junto a **COOPERBOMBRIL**, atendem aos princípios e diretrizes que buscam a prevenção de práticas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

e) Auditoria Interna (Terceirizada)

- i. realizar exames no decorrer dos seus trabalhos para evidenciar possíveis deficiências no controle de PLD/FT.

5.2.1.5. Capacitação dos Colaboradores e Dirigentes

A **COOPERBOMBRIL** deve empreender, através de prestadores de serviços especializados, ações de treinamento para Colaboradores, Conselheiros Fiscais, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Os treinamentos devem orientar sobre as consequências do envolvimento em crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como sobre terrorismo e seu financiamento. Deve ser evidenciado sobre a importância de que todo o corpo funcional aja de forma a proteger a entidade contra ações dessa natureza.

Os treinamentos, inclusive de reciclagem, ocorrerão baseado no porte e complexidade da cooperativa, no mínimo a cada 2 (dois) anos, haja vista a não ocorrência de situações que indiquem crimes de lavagem de dinheiro. A **COOPERBOMBRIL** deverá elaborar e manter atualizada a lista de todos os participantes das capacitações.

5.2.1.6. Divulgação e Aprovação

Esta política deve ser divulgada aos empregados da **COOPERBOMBRIL**, parceiros e prestadores de serviços terceirizados. A política deverá ser divulgada mediante linguagem clara, acessível, em nível de detalhamento compatível com as funções desempenhadas e com a sensibilidade das informações, no mínimo através da sua página na internet – Governança.

5.2.1.7. Estrutura de Governança

A **COOPERBOMBRIL** deve indicar formalmente, no Unicad, o Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações referentes ao PLD/FT. O Diretor mencionado pode desempenhar outras funções na Instituição, desde que não haja conflito de interesses.

5.2.2. Manual de PLD/FT

O Conselho de Administração **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril - COOPERBOMBRIL** desenvolveu esse manual com o intuito de estabelecer os procedimentos das verificações referentes à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo atendendo à circular do Banco Central do Brasil nº 3.978/20.

A **COOPERBOMBRIL**, face a seu porte, natureza e complexidade das operações, não possui exposição a riscos de ocorrências de lavagem de dinheiro. Destaca-se que a cooperativa não opera com conta corrente dos seus associados, como as

demais instituições financeiras e não possui movimentações de recursos em espécie na sede social.

É importante destacar os procedimentos e os controles internos a serem adotados pela **COOPERBOMBRIL**, visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento do terrorismo.

5.2.2.1. Características que indicam menor exposição ao risco

Atuando de forma preventiva a lavagem de dinheiro, corroborando com os normativos e em conformidade com as operações realizadas pela **COOPERBOMBRIL**, abaixo descrevemos as características que denotam risco baixo ou de menor exposição em relação as atividades exercidas:

- i. área de ação restrita aos empregados do **Grupo Econômico Bombril S/A.**;
- ii. não há trânsito de numerário em espécie, haja vista não operar com caixa nem oferecer o serviço de conta corrente aos associados;
- iii. todas as movimentações de recursos são realizadas via conta corrente nos Bancos Bradesco e Santander;
- iv. Os aportes esporádicos de capital são realizados conforme política específica. O mesmo se aplica à quitação de empréstimos, ambos sempre com recursos depositados/transferidos para a conta corrente da **COOPERBOMBRIL**.
- v. Não há resgate à vista de capital para associados ativos e os depósitos de capital mensal e esporádicos obedecem a limites pré-estabelecidos.
- vi. A **COOPERBOMBRIL** não oferece ambiente operacional favorável a quem têm interesse em praticar crimes de lavagem de dinheiro e/ou financiamento do terrorismo, devido às travas existentes.

5.2.2.2. Diretrizes

Para implementação de procedimentos são consideradas as diretrizes:

- a) de coleta, verificação, validação e atualização de informações cadastrais, visando a conhecer os associados, os empregados, os parceiros e os prestadores de serviços terceirizados;
- b) de registro de operações e de serviços financeiros;
- c) de monitoramento, seleção e análise de operações e situações suspeitas; e
- d) de comunicação de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

5.2.2.3. Avaliação Interna de Risco

Com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços na prática de lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, a **COOPERBOMBRIL** avalia internamente os perfis mínimos de riscos em relação a sua probabilidade de ocorrência, considerando os grupos:

- i. dos associados;
- ii. do modelo de negócio da **COOPERBOMBRIL** e a área geográfica de atuação limitada;
- iii. das operações, transações, produtos e serviços, abrangendo todos os canais de distribuição e a utilização de novas tecnologias; e
- iv. das atividades exercidas pelos empregados, parceiros e prestadores de serviços terceirizados.

Os clientes (associados) da **COOPERBOMBRIL** são funcionários **Grupo Econômico Bombril S/A.** e não se enquadram nas características definidas pela norma como pessoas expostas politicamente ou pertencentes a situações classificadas como alto e médio risco de exposição a Lavagem de Dinheiro.

Os serviços oferecidos aos associados, limitados a capital e empréstimos, são devidamente registrados no sistema operacional utilizado pela Instituição, o que possibilita um melhor gerenciamento dos saldos individuais de cada associado, bem como proporciona à **COOPERBOMBRIL** a possibilidade de conhecer as condições do associado no mercado financeiro, tendo em vista a obrigatoriedade de atendimento de rotinas definidas pelo Banco Central do Brasil, mas principalmente pela própria condição de empregados CLT das empresas parceiras, tornando possível e simples o acesso da **COOPERBOMBRIL** a informações complementares oferecidas pelos próprios associados, minimizando relevantemente riscos em se tratando de lavagem de dinheiro e, principalmente, financiamento ao terrorismo.

As atividades exercidas pelos colaboradores são definidas e autorizadas pela Diretoria Executiva, com base no desempenho que os colaboradores apresentam na execução de suas atividades. Com base na definição de alçadas, a Diretoria Executiva providencia senha para acesso do colaborador de acordo com as atribuições definidas para a atividade exercida, ficando assim registrado no sistema as operações que foram realizadas, quando, como e por quem, além de impedir a ocorrência de operações que extrapolam as alçadas definidas.

O relatório de efetividade conterá comentários caso haja alguma alteração na exposição ao risco de PLD/FT na **COOPERBOMBRIL**, sendo uma referência para a avaliação interna de risco.

Baseado nessas colocações o Conselho de Administração entende que todos os associados são classificados como baixo risco de exposição a Lavagem de Dinheiro.

5.2.2.4. Identificação, Qualificação e Classificação dos Associados

- I. No processo de identificação dos clientes da **COOPERBOMBRIL**, que são seus associados – todos funcionários do **Grupo Econômico Bombril S/A.**, são coletados os dados relativos a nome completo, nº de registro na empresa, holerite – se necessário for - e número do registro no Cadastro das Pessoas Físicas - CPF.

A verificação e validação da autenticidade desses dados ocorre tanto pela necessidade de o associado apresentar seus documentos de identificação quando de sua contratação junto ao **Grupo Econômico Bombril S/A.**, bem como quando a **COOPERBOMBRIL** encaminha todas as informações às respectivas empresas conveniadas para cadastro do benefício Cooperativa e, principalmente, inclusão de verbas para desconto em folha de pagamento, bem como quando do envio ao Banco Central do Brasil de arquivos que possuem o número de CPF e que são verificados junto à Receita Federal do Brasil.

- II. Para os associados qualificados como pessoa exposta politicamente ou como representante, familiar ou estreito colaborador dessas pessoas, a **COOPERBOMBRIL**:

- a. Adotará procedimentos e controles internos compatíveis com essa qualificação:
 - i. Avaliação dos dados na filiação;
 - ii. Atualização de cadastro por ocasião de operações de empréstimos;
 - iii. Atenção na quitação de empréstimos, observadas as justificativas formalizadas pelo associado.
- b. Considera essa qualificação na classificação do associado nas categorias de risco; e
- c. Avalia o interesse no início ou na manutenção do relacionamento com o associado - registrar documento interno dos associados que forem avaliados por qualquer notícia ou informação relevante - suspeita de PLD.

- III. A **COOPERBOMBRIL** classifica seus associados nas categorias de risco definidas na avaliação interna de risco, conforme citado no item **1.1. Avaliação Interna de Risco**, e com base nas informações obtidas nos procedimentos de qualificação do associado conforme item **II - Qualificação**.

A classificação é:

- a. Realizada com base no perfil de risco do associado e na natureza da relação de negócio; e

-
- b. Revisada sempre que houver alterações no perfil de risco do associado e na natureza da relação de negócio.

Na prática, o risco maior se dará no caso de pessoa exposta politicamente – PEP, situação na qual não há exposição direta conforme mencionado no item **5.2.2.3. Avaliação Interna de Risco**. Podem ocorrer situações em que o associado se negue a indicar sua condição de PEP. Nesse caso, a **COOPERBOMBRIL** deverá expor ao seu associado que essa condição é regulamentada e exigida pelos órgãos reguladores (Banco Central do Brasil).

5.2.2.5. Relacionamento com o Associado

a) Cadastro

O cadastro dos associados é elemento essencial na prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro, visto que através dele é possível a identificação, qualificação e classificação dos clientes – obrigatório estar registrado em uma das empresas conveniadas.

Ressalta-se que, no caso da **COOPERBOMBRIL**, o fluxo de informações relativas aos dados cadastrais dos associados se dá através do **Grupo Econômico Bombril S/A**.

b) Qualificação como Pessoa Exposta Politicamente

Consideram-se pessoas expostas politicamente, especificamente no ambiente em que a cooperativa opera, os contidos na circular do Banco Central do Brasil nº 3.978/20.

Na admissão do associado, deverá a **COOPERBOMBRIL** solicitar o preenchimento do formulário PPE - **Anexo I - Declaração de Pessoa Exposta Politicamente** – e deverá se atentar para todo o relacionamento e observar criteriosamente as ações advindas, agindo prontamente caso seja identificado qualquer suspeita de lavagem de dinheiro.

Considerando que a **COOPERBOMBRIL** opera especificamente com funcionários do **Grupo Econômico Bombril S/A**, e devidamente registrados de acordo com as Leis Trabalhistas - CLT -, caso o funcionário decida ingressar no meio político, mesmo que não comunique a **COOPERBOMBRIL**, a própria empresa conveniada fará a devida comunicação, levando-se em conta que, para o envolvimento político, o funcionário deverá se desligar da empresa ou, no mínimo, solicitar licença não remunerada, tornando a sua folha de pagamento inativa e, com isso, sem condições de manter a sua condição de associado, inclusive.

A área de controles internos utilizará como fonte de consulta o arquivo disponibilizado no sítio do Siscoaf – <https://www.gov.br/coaf/pt-br/sistemas/siscoaf/siscoaf-acesso>. No menu de “RELAÇÃO PEP” o SISCOAF disponibiliza uma planilha em Excel contendo todos os indicados com essa categorização. É uma fonte de consulta valiosa na identificação de pessoas expostas politicamente. Haja vista o baixo risco de exposição, num prazo a cada 3 anos será feito o cruzamento da base de dados de CPF’s dos associados com a base disponibilizada no Siscoaf para confirmar se realmente não há nenhum associado classificado como PEP.

5.2.2.6. Registro das Operações em Espécie

Classificada como “*capital x empréstimo*”, e observando seu porte e complexidade, a **COOPERBOMBRIL** não realiza operações em espécie dentro de sua estrutura. Depósitos em espécie somente ocorrerão em conta bancária nas instituições Bradesco S/A. e Santander S/A., os quais ocorrem para quitações de empréstimos ou amortizações ou aportes de capital. Internamente a **COOPERBOMBRIL** irá identificar as informações quanto a operação realizada.

- I. No caso de operações com utilização de recursos em espécie de valor individual igual ou superior a **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, a **COOPERBOMBRIL** deve analisar internamente para qual finalidade foi realizado (quitação ou amortização de empréstimo/capitalização);
- II. No caso de operações de depósito em espécie de valor individual igual ou superior a **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, a **COOPERBOMBRIL** deve incluir no registro, além das informações das operações realizadas, produtos e serviços contratados e identificação da origem e do destino dos recursos:
 - a. O nome e o respectivo número de inscrição no CPF do proprietário dos recursos;
 - b. A origem dos recursos depositados ou aportados.

Nesse caso, deverá utilizar o formulário contido no **Anexo II – Declaração de Procedência de Recursos**. Na hipótese de recusa do associado ou do portador dos recursos em prestar a informação da origem dos recursos depositados ou aportados, a **COOPERBOMBRIL** deve registrar o fato e utilizar essa informação nos procedimentos de monitoramento, seleção e análise.

5.2.2.7. Monitoramento, Seleção e Análise de Operações Obrigatórias

A área financeira analisa diariamente a movimentação em conta corrente da **COOPERBOMBRIL** para acompanhar se ocorreram movimentações realizadas por associados, com atenção especial para os valores acima de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** em espécie, nesse caso com a comunicação incondicional ao Coaf.

Para tanto, deve incluir no registro, além das informações das operações realizadas e identificação da origem e do destino dos recursos:

- i. o nome e o respectivo número de inscrição no CPF ou no CNPJ, conforme o caso, do proprietário dos recursos;
- ii. o nome e o respectivo número de inscrição no CPF do portador dos recursos; e
- iii. a origem dos recursos depositados ou aportados.

Atenção: A comunicação deve ser realizada até o dia útil seguinte ao da ocorrência da operação.

5.2.2.8. Monitoramento, Seleção e Análise de Operações Suspeitas

Foi estabelecido como parâmetro para análises, as movimentações superiores **50.000,00 (cinquenta mil reais)** dentro do mês. As análises serão realizadas considerando qualquer tipo de crédito (depósitos, PIX, TED, DOC, transferência entre conta corrente, dentre outras formas de crédito), desde que acima de 5 vezes a renda do associado. Entende-se como “*movimentações*” as quitações de contrato de empréstimo ocorridas via conta corrente da **COOPERBOMBRIL** no Banco Itaú.

5.2.2.9. Pesquisas da seleção de valores movimentados

A partir do estabelecido como monitoramento constante no item anterior, para pesquisa, o responsável pela análise deverá seguir os seguintes passos:

- a. Até o 15º dia do mês seguinte, o colaborador responsável pela análise deverá realizar pesquisa no extrato de conta corrente da **COOPERBOMBRIL**;
- b. Verificação das transferências a crédito a favor da **COOPERBOMBRIL** em sua conta corrente, advindos de associados com levantamento da finalidade (amortização de empréstimo, capitalização etc.) e a qual associado se refere;
- c. Se os valores movimentados corresponderem a mais de 5 vezes a renda comprovada dos associados identificados, o responsável pela análise deverá, primeiramente, buscar a atualização cadastral e proceder às análises e a obtenção por parte do associado de justificativas para tal ocorrência, através do documento **Anexo II - Declaração de Procedência de Recursos**, obtendo, assim, a devida justificativa pelo valor movimentado;
- d. Após análise do extrato, indicar a assinatura do responsável pelas análises e colher a assinatura do Diretor Responsável pela PLD - Prevenção à Lavagem de Dinheiro;
- e. Decidir pela comunicação ou não ao COAF com relação aos casos analisados, levando-se em conta a incidência ou não emissão da declaração de valores - justificativa. Para valores acima de R\$ 50.000,00 em espécie, a comunicação é obrigatória, conforme destacado no item **5.2.2.7. - Monitoramento, Seleção e Análise de Operações Obrigatórias**.

-
- f. Digitalizar os documentos gerados, inclusive, caso haja, o documento assinado pelo associado e pelo diretor responsável pela PLD/FT e salvar na pasta de rede compartilhada: C:\Users\Administrator\COOPERBOMBRIL\Corporativo COOPERBOMBRIL - COOPERBOMBRIL compartilhada (1), juntamente com os documentos comprobatórios (esse procedimento será necessário pois comporá os dados para preparação do relatório indicado no item – **5.2.2.13. Avaliação de Efetividade.**

5.2.2.10. Comunicação de Operações e Situações Suspeitas ao COAF

A **COOPERBOMBRIL** deve comunicar ao Coaf as operações ou situações suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo, fundamentada e registrada de forma detalhada com base nas informações contidas no dossiê da operação. O prazo de análise é de 45 (quarenta e cinco) dias da ocorrência do fato. A **COOPERBOMBRIL** deve realizar as comunicações mencionadas sem dar ciência aos envolvidos ou a terceiros, mediante ao registro no Sistema de Informações do COAF (Siscoaf), disponibilizado no site <https://www.gov.br/coaf/pt-br/sistemas/siscoaf/siscoaf-acesso>. Será apresentado para a Diretoria Executiva o **Anexo III - Apresentação de operações suspeitas da análise de PLD** caso haja identificação de operação suspeita.

5.2.2.11. Declaração de Não Ocorrência (anual)

Caso não tenha efetuado comunicações ao COAF no ano civil, a **COOPERBOMBRIL** deverá prestar declaração de não ocorrência no prazo de até dez dias úteis do primeiro mês do ano subsequente. A informação é enviada por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf), atestando a não ocorrência de transações passíveis de comunicação previstas na Circular BACEN nº 3.978/20. Essa declaração deverá ser levada ao conhecimento da Diretoria Executiva em reunião e deverá ser registrada em ata. Posteriormente o Conselho de Administração tomará conhecimento por meio do relatório de efetividade.

5.2.2.12. Conhecer Empregados, Parceiros e Prestadores Terceirizados

A Diretoria Executiva e os demais funcionários da instituição, deverão assinar o **Anexo IV - Termo de Compromisso – Prevenção à Lavagem de Dinheiro**. A assinatura deve ocorrer na admissão de novos colaboradores, estagiários e prestadores de serviços. Os diretores executivos eleitos ou nomeados deverão assinar essa documentação junto ao termo de posse. A **COOPERBOMBRIL** classifica como risco baixo as atividades exercidas por seus colaboradores, parceiros e prestadores de serviços. A atualização cadastral obrigatória deverá ser realizada trienalmente para esse grupo de pessoas.

5.2.2.13. Avaliação de Efetividade

A **COOPERBOMBRIL** deverá avaliar anualmente a efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos, em relatório específico, conforme segue:

- i. elaborado anualmente, com data-base de 31 de dezembro; e
- ii. encaminhado ao Conselho de Administração, para ciência, até 31 de março do ano seguinte ao da data-base.

O relatório deverá conter:

informações que descrevam:	no mínimo, a avaliação:
a) a metodologia adotada na avaliação de efetividade	dos procedimentos destinados a conhecer os associados, incluindo a verificação e a validação das informações dos associados e a adequação dos dados cadastrais;
b) os testes aplicados	dos procedimentos de monitoramento, seleção, análise e comunicação ao Coaf, incluindo a avaliação de efetividade dos parâmetros de seleção de operações e de situações suspeitas;
c) a qualificação dos avaliadores	da governança da política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
d) as deficiências identificadas	I) das medidas de desenvolvimento da cultura organizacional voltadas à prevenção da lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
	II) dos programas de capacitação periódica de pessoal;
	III) dos procedimentos destinados a conhecer os funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados; e
	IV) das ações de regularização dos apontamentos oriundos da auditoria interna e da supervisão do Banco Central do Brasil.

A **COOPERBOMBRIL** deve elaborar plano de ação destinado a solucionar as deficiências identificadas e fazer o respectivo acompanhamento, devendo o referido plano ser encaminhado ao Conselho de Administração para ciência e avaliação, até 30 de junho do ano seguinte ao da data-base do relatório.

5.2.2.14. Documentação à disposição do Banco Central do Brasil

A **COOPERBOMBRIL** deve manter toda a documentação gerada à disposição do Banco Central do Brasil e conservar pelo período mínimo de 10 (dez) anos.

5.2.2.15. Considerações Gerais

As comunicações efetuadas de acordo com a legislação e a regulamentação aplicável, não acarretam responsabilidade civil ou administrativa à cooperativa, nem aos administradores responsáveis.

A Política e Manual de PLD será aprovada e revisada a cada 2 (dois) anos, ou quando houver exigências / alterações dos órgãos normativos pela Diretoria Executiva, da **COOPERBOMBRIL** que deverá assegurar sua divulgação, bem como manter documentação relativa à disposição do Banco Central do Brasil.

Este documento é parte integrante da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. Estrutura completa no **ANEXO I - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS** destacada no grupo **1. Estrutura**, item: **1.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS**.

Marcus Fraga Rodrigues
Diretor Presidente

João Carlos Dias
Diretor Secretário

Emerson Aparecido Sampaio
Diretor Tesoureiro

5.2.3. ANEXO I - Declaração de Pessoa Exposta Politicamente

Conforme estabelece a circular 3.978 de 23/01/2020 do Banco Central do Brasil, as instituições Financeiras devem identificar Pessoa Exposta Politicamente (PEP), ou seja, aquelas que desempenham ou desempenharam, nos últimos 5 (cinco) anos, no Brasil ou em outros países, cargos, empregos ou funções públicas relevantes (eleição política, cargos de confiança ou concurso) assim como seus representantes, familiares e pessoas de seu relacionamento.

Assim, para cumprimento da determinação legal acima, fornecer, conforme enquadramento na lista:

Nome Completo:

CPF:	RG:	Órgão expedidor:
------	-----	------------------

CASO VOCÊ SEJA UMA PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE (PEP):
(CONSULTE A RELAÇÃO PEP NA CIRCULAR REFERIDA)

() SIM () NÃO

Nome do Cargo ou Função:	Data do Início do Exercício:	Data do Fim do Exercício:
Empresa / Órgão ou Função:		CNPJ:

CASO VOCÊ TENHA RELACIONAMENTO COM UMA PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE (PEP): () SIM () NÃO

Nome Relacionado:	CPF:
Nome do Cargo ou Função:	Tipo do Relacionamento:

Declaro que as informações acima prestadas são verídicas e de minha inteira responsabilidade.

Local e Data

Assinatura do Declarante

5.2.4. ANEXO II - Declaração de Procedência de Recursos

- Identificação do associado:
- Nome completo (sem abreviações):
- Número de inscrição no CPF:
- Informações da operação:

Valor da movimentação em dinheiro (capitalização ou quitação/amortização de empréstimos):

Declaro, para os devidos fins, que o valor ora movimentado tem origem decorrente de:

Declaro, ainda, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste documento são a expressão da verdade e de minha inteira responsabilidade.

Assinatura do Declarante/Local e data:

5.2.5. ANEXO III - Apresentação de operações suspeitas da análise de PLD

Conforme documentação anexa de análises referentes ao processo de prevenção à lavagem de dinheiro, apresentamos as seguintes situações que caracterizam suspeita de PLD.

Nome do Associado:

CPF:

Movimentação de valores ou atípica, cuja conclusão foi:

- () Valor acima de R\$.50.000,00 em espécie (comunicação obrigatória);
- () Superior a 5 vezes o salário.

Justificativa obtida conforme Declaração de Procedência de Recursos:

Nesse sentido a Diretoria Executiva aprova a comunicação ao COAF conforme manual de PLD, item **5.2.2.10 – Comunicação de Operações e Situações Suspeitas ao COAF.**

Colaborador responsável pela
análise de PLD

Diretor Responsável pela
Circular 3.978/20

Apresentado na reunião da Diretoria Executiva de 00/00/2022

5.2.6. ANEXO IV - Termo de Compromisso – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Declaro para os devidos fins que recebi, nesta data, a Política e o Manual de Prevenção à Lavagem de Dinheiro contendo orientações preventivas e procedimentos básicos, bem como, o conteúdo da Lei 9.613/98 (com alterações pela Lei 12.683 de 09/07/2012), Circular BCB 3.978/20 e Cartas Circulares BCB correspondentes, que dispõe sobre o tema "*Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo*", documento esse ao qual tomarei ciência do conteúdo.

Declaro ainda que, estou ciente de que este **TERMO DE COMPROMISSO** ficará arquivado no meu dossiê.

Declaro, finalmente, que estou ciente das implicações legais e administrativas que envolvem a questão de "*Lavagem de Dinheiro*" e, para tanto, comprometo-me a observar as orientações recebidas nesta data.

Assinatura do Declarante/Local e data:

Assinatura dos dirigentes, conselheiros fiscais, colaboradores, conforme o caso.